

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA 10, 07, 86 |
| COD. WA 022 |

RELATÓRIO

ELEIÇÃO DA ÁREA INDÍGENA WAIÁPI

P.I.A. Amapari (T.F.Amapá) 2ºDR

Port. nº 1.651/E de 16.06.84

13 de agosto de 1984.

Dominique T.Gallois

programa pós-graduação
Antropologia Social/USP

Apresentação

O P.I.A. Amapari /2º DR, instalado entre os Waiãpi no Território Federal do Amapá completou 10 anos de existência. Data de 1974 a primeira e única medida - provisória e insuficiente - de proteção do território destes índios: a interdição de tres áreas descontínuas, pelo Dec. 74.172.

Durante este período, o projeto de assistência e de defesa da integridade territorial do povo Waiãpi viu-se comprometido pelas invasões crescentes na área indígena. A área de ocupação do grupo foi drasticamente reduzida e a área restante, onde vivem várias comunidades locais, continua seriamente ameaçada. O aumento das atividades de garimpo na região do Araguari/Jari e a existência de grandes projetos de desenvolvimento no Amapá criam um cinturão que avança sobre o território Waiãpi, colocando em risco a sobrevivência física e cultural desses índios. Nessas circunstâncias os Waiãpi exigem uma urgente demarcação de suas terras, conforme os limites apresentados nesta proposta.

Por outro lado, a assistência - nos seus aspectos de saúde, educação e também infraestrutura - nunca foi levada a sério o P.I.A. Amapari sendo mais um exemplo de posto abandonado que tem recebido apoio caótico por parte da FUNAI.

As informações apresentadas no presente relatório procuram evidenciar a urgência de medidas efetivas de proteção da área indígena e da necessidade de um plano consistente de assistência aos Waiãpi.

Já foram elaborados vários estudos e propostas de demarcação para esta área, conforme o histórico e a documentação resumida a seguir. O relatório apresenta a situação atual, em base de levantamento realizado na área Waiãpi em junho/julho de 1984.

*

SUMÁRIO

Apresentação

- I. Identificação da área em 1983 e levantamento realizado em junho/julho de 1984 (p.2)
- II. Histórico: imemorialidade da ocupação indígena (p.5)
 1. Língua, denominações tribais e sub-grupos territoriais
 2. O território nas tradições míticas e históricas dos Waiãpi
 3. Fontes históricas sobre o território Waiãpi
- III. Extensão da área habitada pelos Waiãpi: uso da terra (p.12)
 1. Localização
 2. Organização socio-política e modo de subsistência
 - sistema de ocupação territorial
 - levantamento da população Waiãpi do PIA Amapari
 - grupo local: processo de formação e liderança
 - atividades de subsistência
 - atividades ligadas ao comércio
- IV. Relacionamento com o PIA, missionários e regionais (p.39)
 1. comercialização
 2. serviços de saúde
 3. educação escolar
 4. atuação dos missionários
- V. Invasões na área indígena (p.45)
 1. O acesso pela BR-210
 2. uma área de mineração
 3. cronologia das invasões
 4. invasores atuais
 5. confrontante e solicitações de certidão negativa
- VI. Área pleiteada pelos Waiãpi (p. 51)
 1. elaboração da proposta
 2. histórico das propostas anteriores
 3. mudanças em relação à delimitação de 1980
 4. mudanças em relação à delimitação de janeiro 1984

*

em anexo: mapa e desenho das aldeias do Inipuku

I. Identificação da área em 83 e levantamento realizado em junho/julho de 84

O presente relatório vem complementar o documento "Proposta de demarcação da reserva indígena Waiãpi", encaminhado a FUNAI em janeiro de 1984 e que indicava a área pleiteada pelos Waiãpi conforme identificação e consultas realizadas em março e novembro de 1983. O mesmo documento traz informações sobre o modo de vida, o uso da terra (aspectos sociais e econômicos), o histórico das invasões na área indígena e uma sinopse das propostas de demarcação anteriores.

Para conferir esta proposta, a Portaria nº 1.651 de 16.06.84 designou servidores da FUNAI e do INCRA, equipe na qual fui incluída como pesquisadora do grupo Waiãpi, para proceder aos estudos de identificação e o levantamento ocupacional na área indígena.

Minha estadia na área indígena foi de 20 dias (ver roteiro, abaixo), acompanhando a equipe da FUNAI/INCRA; percorremos a área Waiãpi visitando todos os núcleos de ocupação indígena, para consultar os Waiãpi sobre a adequação da proposta encaminhada em janeiro. Esta participação na equipe consistiu principalmente em assessorar os representantes da FUNAI nos contatos com os Waiãpi - como intérprete - apontando questões importantes para o levantamento ocupacional; ao mesmo tempo tive oportunidade de conferir e complementar as informações sobre a demografia, as novas formas de controle do território, a situação dos grupos locais, a recrudescência de invasões na área assim como as novidades na situação de saúde e educação.

Roteiro:

- 18.06- São Paulo/Belém (avião) *
- 19.06- Belém
- 20.06- Belém/Santana (avião)
- 21.06- Santana /serra do Navio (trem)
- 22.06- Serra do Navio/sede do P.I.A. Amapari em Aramirã (carro)
- 23. e 24.06- Aramirã: levantamento e consulta a comunidade local
- 25.06- percurso Aramirã/Taitetua (de canoa e a pé), consulta a comunidade local
- 26.06- percurso Taitetua/Capoeira (a pé)
- 27.06 e 28.06- Capoeira
- 29.06 a 01.07- percurso Capoeira/Pupuindy (a pé) com paradas em Ywatãí e Tatujuwa osõ'õ
- 02 a 04.07- levantamento e consulta a comunidade de Pupuindy
- 05 a 07.07- percurso Pupuindy/Taitetua (a pé)
- 08.07 - Taitetua
- 09.07 - percurso Taitetua /Ytu-açu (canoa) e consulta a esta comunidade local / volta a Aramirã
- 10.07 - percurso Aramirã/Jacaré (carro)
- 11.07 - percurso Jacaré /Mariry (canoa) e consulta a esta comunidade local
- 12.07 - percurso Mariry/Aramirã/Serra do Navio (canoa/carro)
- 13.07 - Serra do Navio /Santana (trem) **
- 14.07 - Santana /Belém (avião)
- 15.07 - Belém/São Paulo (avião)

Ressalta neste roteiro que o tempo destinado aos percursos dentro da área indígena foi muito maior que o tempo dedicado aos levantamentos e reuniões com os índios; isto deve-se às características da organização espacial deste grupo indígena, dividido entre várias comunidades locais . distantes .

(*) A FUNAI forneceu passagem aérea São Paulo-Macapá-São Paulo; minhas despesas de alimentação e hospedagem foram cobertas pela verba destinada ao suprimento da equipe FUNAI/INCRA.

(**) Após essa data a equipe da FUNAI/INCRA permaneceu na região para iniciar uma 2ª etapa do trabalho - da qual não participei - com a finalidade de levantar in loco a situação dos invasores na área Waiãpi: a Mineração Monte Negro no alto Inipuku e o garimpo do ig. Karawowo; os deslocamentos seriam feitos de avião e helicóptero.

Em outras circunstâncias esse tempo de permanência teria sido totalmente insuficiente para um trabalho correto de eleição de área; no caso desta viagem é preciso ressaltar que o trabalho foi amplamente facilitado pelos levantamentos anteriores e sobretudo pelo fato de que os Waiãpi já conheciam a proposta, que corresponde a área que que reivindicam há tempo e cujos limites haviam sido discutidos em consultas anteriores (83). A consulta realizada nesta viagem veio portanto confirmar a proposta, com excessão de um pequeno trecho do limite sul que foi modificado, descrito no item V abaixo.

A posição dos Waiãpi não é mais de "pleitear" uma área, mas de "exigir" uma demarcação urgente de seu território tribal. Essa exigência não se faz sentir fora da área do P.I.A. Amapari, porque os Waiãpi até agora, não tiveram oportunidade de manifestá-la diretamente, em Belém ou Brasília. A nível local, no entanto, já tomaram várias iniciativas na retirada dos invasores de seu território; os resultados destas iniciativas foram muito variáveis dependendo da inércia ou do apoio que receberam dos chefes de postos que se sucederam no P.I.A. Com a visita da equipe da FUNAI/INCRA, aumentou a expectativa de uma próxima demarcação da área e os Waiãpi retomarão, com certeza, atitudes mais concretas em relação aos invasores. Por ocasião desta visita e no percurso que nos permitiu conversar com os membros de cada aldeia, os Waiãpi puderam nos transmitir suas queixas e suas esperanças no que diz respeito à comercialização de artesanato, ao programa de educação e saúde, etc.. Estes aspectos são tratados adiante, no item IV do presente relatório.

II. Histórico: imemorialidade da ocupação indígena

1. Língua, denominações tribais e sub-grupos territoriais:

Os Waiãpi são falantes da língua Tupi-Guarani. Com os índios Emerillon do rio Oiapoque (Guiana Francesa), são os únicos representantes desta família linguística na região.

O povo Waiãpi ocupa, há mais de dois séculos uma vasta área situada nos confins do Brasil com a Guiana Francesa, delimitada pelas bacias dos rios Jari, Oiapoque e Araguari. Nessa área, além do grupo do PIA Amapari, vivem outros sub-grupos do mesmo povo.

Na Guiana Francesa vivem 400 Waiãpi, distribuídos em 5 aldeias à margem do rio Oiapoque. São parentes dos Waiãpi do Brasil que desejam atualmente reestabelecer relações, interrompidas na década dos anos 60. Em oposição à esta fracção da nação Waiãpi, o grupo do Amapari é às vezes designado como "Waiãpi-puku" denominação esta que não aceitam porque tem conotação pejorativa; o termo se refere à estatura mais alta e a outras características, no sentido de "arredios".

No lado brasileiro é preciso diferenciar tres sub-grupos:

- o primeiro, mais numeroso, da área do Amapari ao qual se refere o presente relatório,
- os remanescentes do grupo de Moloko-pota (alto Jari) que vivem hoje no Parque Indígena de Tumucumaque e que, após dissensões violentas com seus parentes do Amapari, preferem hoje se identificar como "Aparai", valendo-se de parentesco com este grupo,
- o grupo arredio do alto Ipitinga (município de Almeirim/PA) sobre o qual há poucas informações: estimados em 40 indivíduos, numa única aldeia, fazem incursões nos garimpos da área. Os garimpeiros informaram os índios e o então chefe do PI Tumucumaque, Frederico Oliveira, de quem obtivemos estas dados, em 1982 (outras informações, ver POVOS INDIGENAS NO BRASIL, vol.3, p. 102).

2. O território nas tradições míticas e históricas dos Waiãpi

O curso médio do rio Jari, à altura da cachoeira Kumakakwa (ou Desespero) , acima da boca do rio Inipuku, é o lugar consagrado pela tradição dos Waiãpi - tanto do Oiapoque como do Amapari - como " berço " deste povo. Nesse lugar o herói cultural Ianejar criou a humanidade. Segundo os índios, existem sinais dessa antiga ocupação em lajes que margeiam o baixo Inipuku, onde podem ser identificados os "passos" do herói e dos primeiros ancestrais.

A primeira humanidade já incluía os taimi-wé (avós antigos), os carai-ko (brasileiros) e os prainsi-ko (outros povos). Os Taimi-wé foram criados primeiro e os brasileiros, segundo algumas versões do mito, cairam da chuva; em outras versões eles se originam de sementes e foram "criados" pelos Waiãpi.

^Todos viviam juntos na região do médio Jari, num lugar chamado Tuiuiu, na boca do rio Mucuru. Esse período é lembrado como uma fase de vida difícil, com dissensões e violências entre os povos. O herói Ianejar provocou então o dilúvio, depois queimou a terra. Apenas alguns povos se salvaram , para formar a segunda humanidade, que recebeu do herói os ensinamentos e as técnicas culturais.

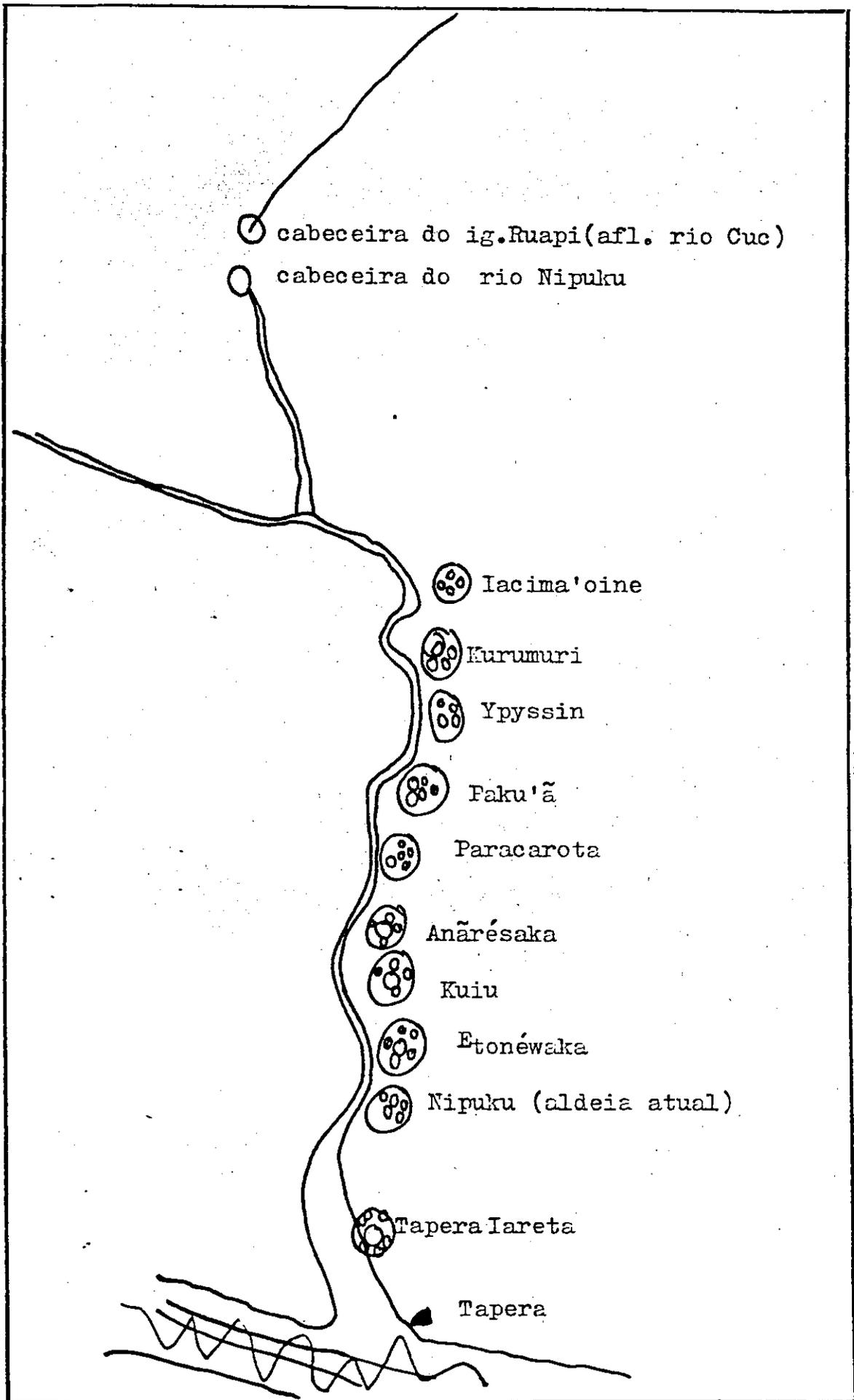
Desta vez, nesta segunda criação do mundo, carai-ko e prainsi-ko não conviveram mais com os Waiãpi: os primeiros foram relegados ao sul, os segundos ao norte (isso inclui tanto os "franceses" da Guiana como os outros povos indígenas) e , como dizem os índios: "Waiãpi ficou no lugar dele" isto é no centro de seu território tribal. Nessa fase a tradição se refere a uma série de cisões e de movimentos de expansão em direção a margem esquerda do rio Jari, atingindo as cabeceiras do rio Cuc, do rio Oiapoque e do rio Araguari.

Numa pesquisa que realizei sobre a história destes movimentos migratórios, obtive minuciosas informações sobre as aldeias e as zonas de

ocupação dos diferentes grupos locais em que se subdividiram os Waiãpi (ver Gallois 1980 a : p.21-29). Em certos casos esses movimentos podem ser datados, comparando-se os relatos dos índios com as informações bibliográficas (ver sinopse das fontes históricas , item 3) Segundo essas tradições mítico-históricas os Waiãpi ocupavam uma área muito mais extensa que a área onde vivem atualmente. As áreas abandonadas são as do alto Araguari e do alto rio Cuc, mas a memória sobre esses locais continua intacta.

O que é importante ressaltar neste ponto é que essas tradições relativas ao território são intesamente vividas no presente, através dos "marcos" deixados ao longo dos séculos nos acidentes geográficos, nas capoeiras , nas plantações de pupunha etc..O próprio modo de vida dos Waiãpi valoriza a visita e a exploração regular destes lugares consagrados pela tradição. Periodicamente, os Waiãpi organizam verdadeiras expedições coletivas com crianças de 8 a 10 anos para que conheçam os lugares de origem de seus ancestrais. Finalmente essas tradições são relembradas constantemente através da toponímia que "descreve" literalmente e espacialmente, toda a história do povo Waiãpi.

Outro marco territorial fixado pela tradição oral diz respeito à fronteira entre os Waiãpi e seus antigos inimigos: os povos de língua Carib:Wayana,Aparai (hoje Wayana-Aparai)e Apamã, habitantes da margem direita do Jari. Ocorreram numerosos conflitos entre esses grupos, justamente nas imediações do Jari, zona-fronteira entre os territórios tribais. Mais recentemente os Wayana, os Aparai e os Waiãpi estabeleceram trocas comerciais que também ocorreram numa zona intermediária: o rio Cuc. Destes contatos é que se originou a comunidade Waiãpi de Moloko-pota, hoje reduzida a alguns indivíduos transferidos para o Tumucumaque.



As aldeias Waiãpi no rio Inipuku
desenho de Paiari, 1977

3. Fontes históricas sobre o território Waiãpi

Conforme se pode reconstituir a partir dos cronistas dos séculos XVII e XVIII, os Waiãpi - então designados como Guaiapi - se originam no baixo Xingu, na região de Volta Grande, na mesma área onde são mencionados, na época, os índios Juruna.

Os atuais Waiãpi não tem memória precisa sobre a migração que os levou na margem oposta do Amazonas, no final do século XVII. Suas tradições se referem, como indicado acima, ao período em que ocupavam uma grande área situada entre os rios Oiapoque, Jari e Araguari, onde são mencionados por viajantes a partir de 1730.

Em 1730, os Waiãpi já ocupavam a margem direita do rio Oiapoque, na altura das cabeceiras do rio Araguari (Labat 1730); também ocupavam o alto Jari, na altura do rio Cuc (Jesuitas 1741) e na metade do século XVIII começavam a entrar no atual território da Guiana Francesa pelo rio Camopi (Préfontaine 1749).

A zona do baixo e médio Jari foi pouco visitada - os viajantes vinham todos de Caiena, percorrendo o Oiapoque e seguindo de suas cabeceiras para o interior do atual Território do Amapá - as primeiras referências aos Waiãpi nesta área datam de 1763 quando estes índios se fizeram conhecer por ataques aos índios Wayana do alto Jari (Tony 1843). Os documentos da época mencionam inclusive uma "aliança" entre Waiãpi e Portugueses, dos quais os índios obtinham armas de fogo que facilitaram sua expansão ao norte. De fato os Waiãpi ocupavam, durante o século XVIII, vários pontos ao longo do Jari e de seus afluentes, especialmente o Iratapuru onde teriam entrado em contato com estabelecimentos luso-brasileiros.

A maior expansão territorial dos Waiãpi ocorreu durante o século XIX. Divididos em sub-grupos relativamente independentes politicamente, passaram a ocupar de modo permanente as seguintes bacias fluviais (além

da bacia do Oiapoque, não considerada neste histórico do território Waiãpi no lado brasileiro):

- as cabeceiras do rio Araguari e do rio Amapari (Leprieur 1834, Coudreau 1893),
- a bacia do rio Inipuku desde sua foz até as cabeceiras que comunicam com as cabeceiras do rio Cuc (Thébault 1819, de Bauve et Ferre 1833, Leprieur 1834, Bagot 1841, Coudreau 1893),
- a bacia do rio Cuc, com incursões nos rios Cuiari e Curuapi também afluentes do alto Jari (Bagot 1841, Crevaux 1883, Coudreau 1893),
- a região das cachoeiras do médio Jari e afluentes da margem esquerda: Mucuru, Aroã ou Karapanaty (Leprieur 1834, de Bauve et Ferré 1833 e Coudreau 1893).

Nas crônicas, os viajantes se referem aos Waiãpi sob as denominações de Tamokom, Atamancum, Parixi, Aiapi. Integraram remanescentes de outros grupos tribais minoritários (hoje extintos) como os Kaikusian, os Piriu, os Apamã, os Aracaju e os Kusari.

Em 1824 os Waiãpi foram estimados em 6.000 indivíduos, somente para a região do Oiapoque e do rio Cuc (Brué 1825); na zona do Jari e de seus afluentes (Inipuku e Karapanaty) pode-se estimar uma população de pelo menos 600 a 1000 indivíduos (estimativa a partir da crônicas de de Bauve 1833 e Devilly 1850).

^Foi na região do Jari que se deram, a partir de 1850, contatos mais frequentes com balateiros e seringueiros, alastrando doenças contagiosas que provocaram um brusco abalo demográfico (Brusque 1862). As experiências do contato determinaram por um lado um recuo para regiões mais isoladas (cabeceiras do Karapanaty e do Araguari); por outro lado iniciou-se um processo de dependência em relação à determi-

nados produtos, especialmente ferramentas que os Waiãpi não deixaram de procurar, fazendo incursões nos povoados do baixo Jari, do rio Cupixi e do rio Maracá. Em 1863 foram vistos em Macapá (Vasconcellos, 1863). Por ocasião de uma dessas expedições na região da Cachoeira Santo Antonio, várias famílias se instalaram no lugarejo de balateiros e nunca mais voltaram ao Karapanaty. Nas últimas décadas, antes da instalação de um posto da FUNAI no Amapari, os Waiãpi se aproximaram por várias ocasiões de gateiros, garimpeiros e colonos para obterem essas mercadorias em troca de serviços: tirar madeira, caçar e preparar alimentos para os forasteiros. Esses contatos aumentaram no final da década dos anos 60 quando cessaram as trocas intertribais no rio Cuc, após a saída da maioria dos Waiãpoi desta área para o Oiapoque.

A história dos Waiãpi nos últimos 80 anos foi marcada por um drástico abalo demográfico, em consequência da propagação de doenças trazidas pelo contato já frequente com a população regional.

Em 1926, um funcionário do SPI lotado em Oiapoque, Eurico Fernandes, fez um minucioso levantamento das aldeias Waiãpi nas bacias do Araguari, alto Amapari e afluentes do alto Jari, distribuídos em 12 aldeias com uma população total de 1.010 indivíduos (1943, a e b).

Nesse período as invasões e os contatos com elementos da população regional ocorreram na periferia da área indígena, não atingindo o "coração" do território Waiãpi. As principais áreas de contato e de propagação de doenças foram:

- as cabeceiras do rio Maracá e do rio Fratapurú (Nimuendajú 1927),
- a região das cachoeiras do rio Jari (Farabee 1917) onde havia barrações de balateiros trabalhando para a família Ferreira,
- a zona do rio Cuc, constantemente trilhada por gateiros (Aguiar 1942, Cognat 1962),

- os Waiãpi mencionam também outra área de contato, nas cabeceiras do rio Amapari, onde possuíam aldeias até a década dos anos 50. Trabalharam com garimpeiros até que o grupo local "Arawari wanako" fosse competamente destruído; alguns remanescentes migraram para o rio Inipuku.

Esses episódios estão na origem do abandono de algumas áreas do território tribal como o rio Cuc e o Amapari. O centro da área ocupada pelos Waiãpi não foi atingida, nesse período. O tipo de invasões que ocorriam na periferia da área não resultaram na instalação definitiva dos colonos e não trouxeram modificações no sistema de ocupação territorial desenvolvido pelos Waiãpi.

Nos últimos 10 anos, período que corresponde à abertura da rodovia BR- 210, à recrudescência do garimpo e à instalação de um posto da FUNAI na área, a situação modificou-se: as invasões aumentam ano após ano sem que sejam tomadas medidas efetivas de proteção do território indígena. Frente à importância numérica dos garimpeiros, os Waiãpi nem sempre conseguiram recuperar as áreas invadidas: o alto rio Inipuku e a zona do médio Karapanaty.

O histórico dessas invasões e as poucas medidas de proteção existentes até hoje na área são descritas abaixo, no item IV.

III. Extensão da área habitada pelos Waiãpi: uso da terra

1. Localização:

A área de concentração atual dos Waiãpi corresponde à região delimitada, a oeste, pelo rio Inipuku (Mapari nos mapas do RADAM e IBGE), ao sul pelo rio Mucuru, afluente do rio Jari pouco abaixo do rio Inipuku, a leste pelos igarapés Myrysiry e Kumakary (Água Preta) afluentes do rio Felício (ou Tucunapi),- e ao sudeste a área é limitada por um braço do Riozinho que os Waiãpi chamam Nary (= rio da Castanha). No coração da área indígena estão o rio Aimã, em toda sua extensão, o curso alto do rio Felício e o rio Inipuku, em toda sua extensão e que constitui o limite oeste da reserva. Esta área inclui-se nos municípios de Mazagão e Macapá, no Território Federal do Amapá.

Trata-se de uma área de floresta tropical densa, onde predominam pequenos cursos d'água, não perceptíveis em sobrevôos, praticamente todos encachoeirados. A região é extremamente acidentada, situando-se nos contrafortes da Serra do Iratapuru, na parte sul e da Serra de Tumucumaque, na parte norte.

A cidade mais próxima é Serra do Navio, base operacional da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios) situada a 90 km aproximadamente pela Rodovia Perimetral Norte. A distância até Macapá, por esta mesma estrada é coberta em 5 a 6 h de carro. O traçado da Perimetral Norte corta - em toda sua extensão - a área habitada pelos Waiãpi. O trecho concluído - que alcança o local chamado Jacaré - penetra por cerca de 30 km na área indígena.

Os deslocamentos entre a sede do PIA Amapari, no local chamado Aramirã, e Serra do Navio são feitos de automóvel. Dentro da área indígena quase todos os deslocamentos são feitos a pé. Os únicos

trechos de igarapés transitáveis com canoa (remo ou motor) são os que ligam Aramirã e Mitiko, pelo ig. Onça e , na outra ponta da área, Jamaré e Mariry, pelas cabeceiras do rio Felício. Esses trechos no entanto, devem ser mantidos limpos - num trabalho constante - para permanecer transitáveis, o que nem sempre ocorre. O tempo de viagem em canoa é sempre mais demorado que o mesmo percurso feito a pé.

2. Organização sócio-política e modo de subsistência

2.1. Sistema de ocupação territorial: A principal característica da organização sócio-política Waiãpi é a divisão em vários grupos locais. Atualmente dividem-se entre 5 grupos, cada um com uma ou mais aldeias, conforme indicado no quadro anexo que traz informações sobre a chefia, a população total e a área habitada.

As relações entre cada grupo e a área por ele habitada são definidas pela termo "wanako" que designa essas comunidades locais; o termo é traduzido pelos índios como "pessoal de " tal ou tal lugar.

Ocupam áreas diferenciadas mas contíguas e que muitas vezes são exploradas em comum por dois grupos, entre as quais famílias de cada grupo estão em constante movimento, deslocando-se da aglomeração principal para as habitações secundárias (roças ou verdadeiras aldeias secundárias) e para os centros de caça/pesca/coleta onde existem acampamentos fixos. Devido a esta grande mobilidade territorial, a composição e a localização das aldeias é transitória. A estratégia da dispersão e da construção de novas habitações constitui um aspecto fundamental a ser levado em consideração para a delimitação da reserva. Para se referir a este sistema de ocupação do espaço é mais significativo mencionar "áreas de ocupação " do que "aldeias", considerando a grande mobilidade dos Waiãpi.

grupo local Inipuku/Mariry

16 famílias, 85 pessoas

grupo liderado pelo Capitão Waiwai , líder tradicional, mas que reúne vários segmentos relativamente independentes

aglomeração principal: Mariry

habitações secundárias: Inipuku, Pairary, Karapiuty

zonas de caça/pesca/coleta com acampamentos fixos: Kumakuary, garimpo do Aimã

outras zonas frequentadas: médio Aimã, Ig. Massiwa, Etonewaka ,Yakã

grupo local Ytu-açu ("Wiririy wanako")

10 famílias, 49 pessoas

grupo liderado por Saramaré/Paulo, chefe tradicional e pelo Capitão Sako, seu irmão mais novo, funcionário do PIA.

aglomeração principal: Ytu-Açu (aldeia nova)

habitações secundárias: Ianypaí, Kumakawyr, Iã

acampamentos fixos: Ypiñon, Nary, Soĩnary

outras zonas frequentadas: cabeceiras do Onça, Myrysiry e caminho do Karapanaty

grupo local Aracá/Taitetua

10 famílias, 45 pessoas

grupo liderado por Iacito, chefe tradicional; no Taitetua, a liderança é partilhada com Matapi

aglomeração principal : Aracá (aldeia nova)

habitações secundárias: Capoeira, Taitetua

acampamentos fixos: Pupuindy e Karawowo

outras zonas frequentadas: Myrysiry, Ypiñon, Karapanaty

grupo local Capoeira /Pupuindy

4 famílias, 19 pessoas

grupo liderado por Renato, chefe tradicional e pajé influente, o mais respeitado na área indígena. A este grupo estão ligadas outras famílias do Araçá/Taitetua que passam longas temporadas junto ao grupo do Renato.

aglomeração principal: Capoeira ("Pirimayty")

habitações secundárias: Pupuindy, Taitetua, Araçá

acampamentos fixos: Nary, Karapanaty

outras zonas frequentadas: Mucuru, Ypiñon

grupo local Aramirã

10 famílias, 49 pessoas

grupo liderado por Cumai/Di Antonio, funcionário do PIA, que assume papel de intermediário nas relações entre todas as comunidades locais Waiãpi e os funcionários do posto. Para assuntos tradicionais, o grupo acata as decisões dos líderes Renato e Iacito.

Aramirã, a beira da BR-210, sede do PIA é a aglomeração principal. Situada numa zona pobre em caça e peixe, os índios deste grupo frequentam todas as outras áreas do Onça, do Karapanaty e da região do Inipuku/Mariry. De fato este grupo é formado por famílias que preferiram viver perto do PIA e provêm dos grupos locais do Inipuku, do Araçá e do Ytu, e realizam frequentes visitas a seus parentes.

áreas de caça/pesca/coleta mais frequentadas: Myriry, Tataira, Kuma-Kary, Visagem, Jacaré, etc..

Essas aglomerações assim como as habitações secundárias e as zonas de caça /pesca e coleta estão indicadas no mapa anexo.

2.2. Levantamento da população Waiãpi do PIA Amapari

A população Waiãpi atendida pelo P.I.A. Amapari totaliza 247 indivíduos, conforme levantamento realizado em julho de 1984.

Recenseamento nominal: Segue o censo nominal da população Waiãpi, dividida em 50 famílias elementares. Na lista, estão indicados sucessivamente os nomes e idades do chefe de família, esposa(s) e filhos do(s) casal(is). Há 8 famílias poligínicas: neste caso, indico separadamente os filhos de cada uma das esposas. Na coluna a direita estão relacionados os indivíduos agregados aquela família : filhos de apenas um dos conjuges, crianças orfãs criadas por aquela família, rapazes solteiros que vivem na casa da irmã ou da mãe, viúvas que vivem com uma das filhas, etc..

O registro de nascimentos no P.I.A. Amapari foi iniciado em 1973. A idade dos indivíduos nascidos antes desta data (maiores de 10 anos) foi calculada através de uma pesquisa comparativa (sequência de nascimentos, nº de casamentos anteriores ao atual, nº de gestações, etc) para estabelecer idade aproximada de cada pessoa.

Distribuição da população por sexo e idade: A pirâmide anexa evidencia o importante crescimento demográfico do povo Waiãpi, onde 57% da população tem menos de 15 anos:

| | homens | mulheres | total |
|------------------|--------|----------|------------|
| mais de 15 anos | 58 | 48 | 106 |
| menos de 15 anos | 63 | 67 | 130 |
| menos de 1 ano | 7 | 4 | 11 |
| total | 128 | 119 | <u>247</u> |

A taxa de crescimento é de aproximadamente 9 pessoas por ano. De fato, se compararmos os números dos últimos 11 anos, temos o seguinte índice de crescimento:

| | |
|------------|-----|
| 1973:total | 151 |
| 1978: | 180 |
| 1980: | 209 |
| 1981: | 202 |
| 1983: | 242 |
| 1984: | 247 |

Entre 1973 e 1984, a população aumentou de 96 pessoas.

Não se tem registro **exato** da mortalidade para o mesmo período, mas no que diz respeito aos últimos 6 anos, temos registrado a morte de 18 adultos e crianças maiores de 1 ano. No período anterior, que seguiu o contato com a FUNAI, a mortalidade foi muito maior.

A mortalidade infantil continua importante, mas tende a diminuir nos últimos 3 anos. Nesse total está excluída a população de outra aldeia Waiãpi (Moloko-pota) situada fora da área do P.I.A. Amapari.

Existe uma desproporcionalidade entre os sexos, sobretudo nas faixas entre 10 e 30 anos; **aproximadamente** 6 rapazes não tem, no momento, perspectiva de matrimônio; esse desequilíbrio explica também vários casos de matrimônio entre conjugues de idade muito diferente. No futuro, conforme está evidenciado na pirâmide, é provável que a proporção homens/mulheres volte ao equilíbrio.

Distribuição da população na área indígena:

As 50 unidades familiares recenseadas correspondem grosso modo ao número de habitações, salvo no caso de casais sem filhos que geralmente vivem com os pais, deslocando-se com frequência da aldeia dos pais da mulehr para a dos pais do marido.

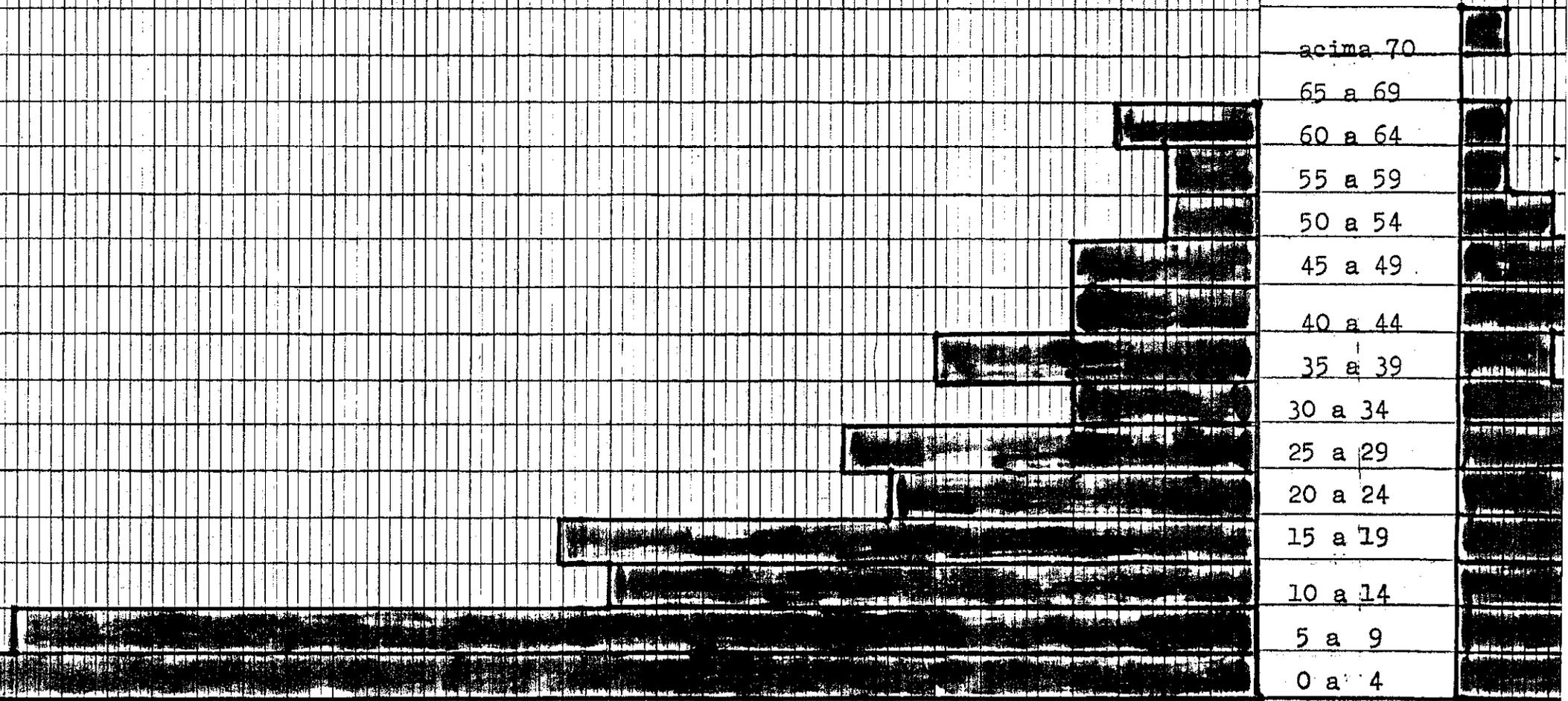
Essa distribuição entre as aglomerações ou aldeias é apenas indicativa de um momento, considerando a grande mobilidade entre os núcleos de ocupação dispersos em todo o território Waiãpi. Esta listagem, por exemplo, indica a situação em meados de julho de 1984. No início de nossa estadia na área a distribuição da população era diferente:

- 5 famílias do Araçá estavam no Taitetua
- 2 famílias do Mariry estavam no Karapiuty
- 1 família do Mariry estava no Pairary
- 4 famílias do Ytu-açu estavam no Soinara
- no Aramirã, a mobilidade é maior ainda pois esta aldeia, sede do PIA Amapari, recebe os índios durante tratamentos médicos e as famílias que "descem" para resolver problemas de trocas com os funcionários do posto.

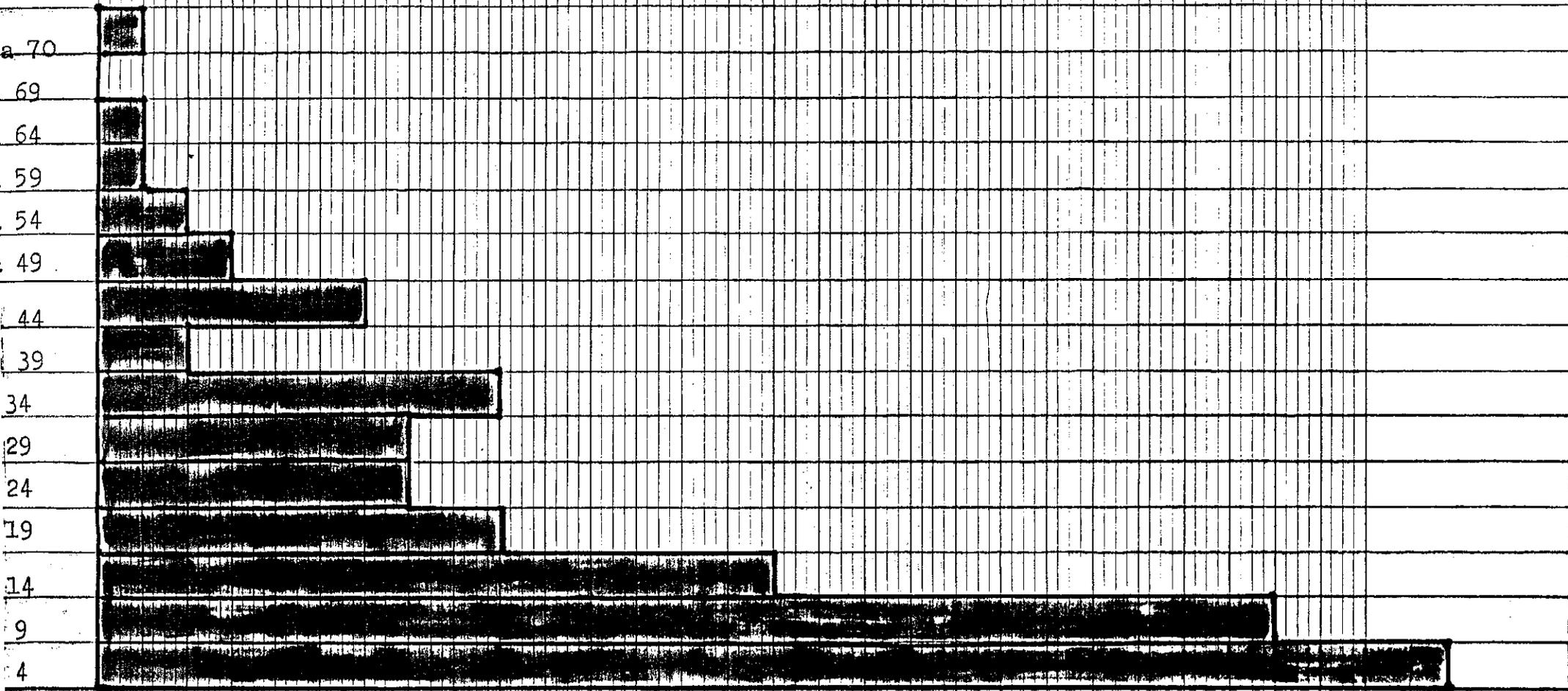
A tendência para um forte crescimento demográfico constitui um dos aspectos mais importantes para serem levados em consideração na presente proposta de demarcação do território Waiãpi:

obs: O presente relatório estava praticamente concluído quando recebi a notícia do falecimento de Peresin, no Aramirã. O mesmo rádio informava mais dois nascimentos no final de julho. O total da população indicado acima deve portanto ser modificado em função destas notícias.

Homens- total 128



Mulheres - total 119



Aldeia Mariry (cabeceiras rio Felicio)

< WAIWAI (H 55)
 < Werena (M 49)
 Arawani (M 9)

< Parowa (M 40)
 Tarakoasi (H 12)
 Murutin (H 9)
 Kapaio/Tatuaçu (H 4)
 Kuenene (H 2)

< MOJUAUKA (H 18)
 < Tué-Tué/Cururu (M 23) *

Parawaimo/Warusi (M 2)

< MARCELINO (H 28)
 < Nekuia (M 25) *
 Teai (M 8)
 Waiamã/Karatuari (M 6)
 Uwai/Jaki'i (M 5)
 Tsaky (H 2)

< KUIURI (H 48)
 < Iuramy (M 50)
 Tapenaiké (H 12)
 Urukuã Kiri (M 4)

< ARAWERA/Puraquê (H 22)
 < Marajá (M 16)
 Matopi (M 2)
 Kunupi 03.84 (H)

MATÁ (H 35)

< TEJU /Arapettoa (H 42)
 < Nairo (M 40)
 Pauro/Paulino (H 15)
 Parika (H 7)
 Kemete/Siberiti (H 4)

< TSIRO (H 39)
Nawai (M 33)
Karimó/Iawarapuka (H 15)
Morato (H 7)
Sike'e (M 2)

< Irota (M 21)
Joanari/Makaroto (H 4)

< PAIARI (H 39)
Arapetoa/Tyko (M 29)
Kurikaje (M 9)
Wunamé/Kaori (H 6)
Eneresã/Tarĩ (M 4)
Pautin (H 2)

Tatsio/Iakurutu (H 10)
Erikié (M 6)
Nairo/Serapi (M 4)

Aldeia Ytu -açu (Cachoeira, no Ig. Onça)

< SARAMARÉ/Paulo (H 60)
 Romã/Kara (M 35) *
 Werere/Teresinha (M 11)
 Rauka/Ijenu (M 9)
 Suiriri (M 5)

< TORU (H 27)
 Matitiko/Kuniaisĩ (M 21) *
 Juaní (M 4)
 Marapin /Janaimã (H 2)

< TAWATO/Tamarioto (H 19)
 Kumarawani (M 13) *

< SAKO (H 41)
 Waimikato (M 49)
 Patiheu 01.84 (H)

Akaoputiry (H 9)
 Maiani (M 7)
 Paiki Pirã (H 5)

< JURARA (H 29)
 Aranã/Baniwa (M 33)
 Nowé (H 9)
 Kviuwa (M 7)
 Tã'morá (M 3)
 Karapaté (H 1)

< MATIA/Manoel (H 34)
 Kanera (M 28)
 Urakuá/Paturi (H 10)
 Marikao (H 8)
 Aikoro/Kaiamy (M 5)
 Kawai (H 2)

< MOROPI/Padeiro (H 14)
 Kumaia/Eriane (M 12)
 Wita/Rosa (M 11)

< TAROGO (H 24)
 Aracopirã (M 40)

Tapuru (H 10)

< JAPOCANI (H 54)
Porã (M 44)
Kumaro (M 11)
Mariatao/Teresa (M 6)

KERÉ/Tangara (H 24)

< JAWATÖ /Maranhão (H 38)
Pamy /Maria (M 33) *
Kanani (M 10)
Morokoni (M 7)
Mararin/Toã (M 3)

IORI/Iricawabé (H 17)
MIWA/Camisudo (H 21)

< Kapoa/Marina (M 19) *
Uwai (M 3)

Aldeia Araçá (Ig. Araçá, afl. Rio Felício)

| | |
|-----------------|----------------|
| < JACITÓ (H 64) | Karaota (M 70) |
| Jariqui (M 38) | Poã-Kuã (H 14) |
| Japaruku (H 9) | |
| Pawatĩ (H 7) | |
| Tapaiona (H 3) | |

< KURUARI (H 53)
 Nawai/Arawika (M 34)
 Wurinau (M 7)
 Maiuaré (H 5)
 Awani (M 2)

< CARARA (H 25)
 Namy (M 15)
 Tupã-Aman (M 3)
 Waiãpi 02.84 (H)

< AREMÃ /Taiiau (H 19)
 Jacamin (M 12)

| | |
|-----------------|---------------|
| < MIKOTO (H 32) | Kainton (H 9) |
| Tapiura (M 17) | Paciku (H 6) |
| Matupi (M 2) | |

< Sawé/Rãwoisorõ (M 11)

< MURU (H 17)
 Torimeu/Tomeu (M 15)
 Kuã-Kari (M 2)

< Teary/Kumaia (M 12)

< KAIKO (H 28)
 Eripa/Rubiu (M 19)
 Arikema (H 5)
 Apoã (M 2)

< TOKĀ (H 41)
Pawé/Paiosoró (M 31)
Moroty/Marata (H 8)
Wiriuri (M 6)
Kawamare/Torai (H 3)
Karipi 07.83 (H)

Aldeia Taitetua (Ig. Onça)

< MATAPI (H 47)
< Tabacura (M 55)
< Kaioro (M 50)

< PIRIRI (H 28)
< Rampero/Noarõ (M 22)
Kapamito (M 7)
Japaita (H 5)

Aldeia nova Pupuindy (Ig. Ianypatymafl.alto Karapanaty/Aroã)
grupo aldeia Pirimayty/capoeira

< RENATO (H 60)
< Awareté/Singau (M 60)

JONIME (H 20)
Mukoi/Japonês (H 14)

< Patoko/Karawata (M 32)
Jawapini (H 8)
Tukurube (H 6)
Kumaia (M 5)
Apaiari/Iapo (H 2)

< XIKURU (H 18)
< Irori (M 12)

< RIPE (H 17)
< Tsapo/Pakita (M 13).*

< SEREMETÉ (H 38)
< Pupiry (M 32)
Mupe/Kaiapo (H 12)
Iowaton (H 9)
Murato (H 4)
Kasiana (H 2)

Aldeia Aramirã (Ig. Onça /BR 210)

< ARARIÓ (H 45)
 Pararipa (M 40)
 Ieri (M 13)
 Waroro/sato (M 8)
 Notin /Ipãmu (H 6)
 Kurunduã (H 4)
 Aiworã/Wurai (H 2)
 recém nascido 06.84 (M)

Sirã (H 15)

< PEROSIN (H 26)
 Karanaĩ/Mariki (M 25)
 Tarikiri/sãmuka (M 9)
 Kuranipe/Parara (H 6)
 Kapirojara (H 5)
 Maim (H 2)
 Kuniaisi (M 1)

< PARIKURA (H 15)
 Kameré (M 14)

< ANÍSIO (H 48)
 Katurin/Pitica (M 25)
 Jawapoco (H 8)
 Ierena (M 4)
 Tantaré (H 2)

< KAMAKARETO/Zé Quinha (H 17)
 Kassawa (M 10)

< CUMARÉ/Raimundinho (H 24)
 Singau /Mariki (M 25)
 Arapanaru/sororo (M 7)
 Anã (M 4)
 Curipi/Atsoraí (H 2)

obs: (*): gestante

< TUCURUMÃ /Tucurupiry (H 37)
 Sapoi (M 30)
 Capera (H 12)
 Kamarã (H 9)
 Warera (M 6)
 Piripi /Piu (H 3)
 Awerete 01.84 (M)

< KURAPIA (H 34)
 Api'i (M 20)
 Kanaio (M 6)
 Nomejeré (M4)

< CUMAI/Di Antonio (H 29)
 Añareata /Nazaré (M 26)
 Wicenii (H 7)
 Sã'ã (M 4)
 Namaira (M 2)
 Ianejar 08.83 (H)

< TORÖKUÃ (H 17)
 Marury /Saré (M 16)

2.3. Grupo local: processo de formação e liderança

O grupo local é formado pela associação de várias famílias nucleares através de uma rede de relações entre parentes e afins. Na maioria dos casos, o grupo é formado pela associação de dois ou mais irmãos com suas respectivas famílias. O grupo pode ser formado também por um ancião, suas esposas e filhas com os respectivos maridos e filhos.

A chefia do grupo é uma instituição relativamente bem definida, mas o cargo não implica em atribuições de real autoridade, tendo o caráter de um paternalismo moderador. O chefe é essencialmente um "fundador": quem "achou" o lugar ideal para instalar uma aldeia. A autonomia do grupo permanece portanto ligada ao "dono do lugar" e dele depende a manutenção da harmonia entre as famílias.

No passado ocorriam frequentes cisões devidas a desentendimentos. Hoje, porém, ocorrem distanciamentos provisórios e menos cisões definitivas. Esses distanciamentos permitem ao grupo manter seu equilíbrio segundo determinações não somente económicas mas também políticas evitando possíveis tensões entre os membros da comunidade local.

A separação intermitente é uma solução adotada por todos os grupos locais do Amapari e sobretudo pelos membros do grupo Inipuku/Mariry que tem tido dissensões em torno da liderança do Capitão Wawai. Neste caso particular há também o fato desta comunidade ser formada por remanescentes de vários grupos locais outrora independentes e que se associaram em decorrência do abalo demográfico (ao lado do "Inipuku wanako", mais numeroso, há também famílias do "Arawari wanako", acima referido p.9 e do "Kumakary wanako"). Esse grupo do Mariry possivelmente, daqui há alguns anos, vai se dividir. O mesmo pode ser dito do grupo do Araçá, que não se mantém totalmente unido sob a chefia de Iacito, algumas famílias preferindo se manter afastadas da aglomeração principal, tendem a se fixar no Taitetua.

Idealmente os casamentos são realizados dentro do próprio grupo. Os Waiãpi observam a regra de casamento preferencial entre primos cruzados; o matrimônio entre primos paralelos (irmão/irmã) é incestuoso. Há outros tipos de uniões (casamento de uma viúva com o irmão do marido e o contrário ou ainda o casamento com a filha de uma viúva, mais raro) que também permitem a reprodução dentro da própria comunidade.

Devido à compressão dos efetivos demográficos e sobretudo ao desequilíbrio entre homens e mulheres (ver na pirâmide, anexa) existem poucas chances, para um jovem Waiãpi, de conseguir uma esposa dentro de sua comunidade local.

O que se observa são intercâmbios matrimoniais entre os grupos locais do Inipuku /Mariry e do Araçá/Capoeira/Ytu-Açu respectivamente.

Os padrões de residência pós-casamento estão a base do relacionamento entre grupos locais: o casal instala-se junto à família da esposa, mas faz longas estadias junto ao grupo do marido. Além destas visitas, os membros de comunidades distantes reúnem-se periodicamente para participar de rituais, para os quais estabelecem longos ciclos de convites/retribuição. Da mesma forma, reúnem-se para realizar grandes pesacrias com timbó, etc..

Finalmente são muito significativas as trocas entre aldeias: troca de sementes e mudas, de plantas da roça, para repor ou complementar a produção local; troca de produtos tradicionais por objetos adquiridos no comércio regional pelos índios funcionários (munição, pilhas, linhas industrializadas, miçangas, ..).

A troca de serviços - na área de saúde, ligada ao papel dos pajés - é outro aspecto muito importante no relacionamento entre comunidades.

2.4. Atividades de subsistência:

Do ponto de vista econômico, os limites do uso da terra pelas comunidades locais Waiãpi definem-se pela localização das roças e das habitações dos acampamentos de caça/pesca/coleta e também dos sítios de ocupação antiga para onde os índios retornam regularmente e que constituem zonas de reserva faunística. Os caminhos trilhados entre os pontos mais distantes da área indígena são também significativos para a fixação dos limites da reserva.

Nesse território, os Waiãpi desenvolvem atividades de subsistência segundo padrões tradicionais. As atividades novas (como o garimpo e a produção de artesanato em grande escala) não adquiriram ainda peso suficiente para modificar o ciclo e a distribuição das atividades normais do grupo.

Da mesma forma, as tentativas de concentrar os Waiãpi perto do posto, promovidas por funcionários da FUNAI que queriam assim facilitar o trabalho de assistência, fracassaram todas: os Waiãpi resistem determinantemente a estas presões por considerarem negativa - tanto economicamente como sociologicamente - a concentração de mais de 10 famílias num mesmo local.

A assistência promovida pela FUNAI, entretanto, continua limitada às proximidades da sede do PIA, apesar dos esforços do atual chefe de posto para "descentralizar" os serviços prestados pela FUNAI. Há vários anos os Waiãpi vem pedindo professores e atendentes que fiquem nas aldeias e não "na estrada" (ver item IV)

O ciclo de subsistência anual corresponde às variações climáticas do verão e do inverno, que correspondem por sua vez a fases de dispersão na mata e de reconcentração na aldeia. Basicamente as atividades repartem-se entre dois períodos: a estação das chuvas (dez-jul) e a estação seca (ag-nov).

chuvas ("inverno")

coleta importante: frutas de palmeiras

pesca restrita

caça abundante: macacos, veados e aves

safrã da mandioca e outros produtos da roça
milho da roça nova

longas estadias nas aldeias secundárias onde são feitas roças ; permanência nos acampamentos de caça/pesca /coleta para "moquear" e trazer alimentos para a aldeia

seca ("verão")

coleta restrita: ovos de tartaruga e iguana

pesca importante: timbó

expedições de caça a longa distância

preparação da roça nova; safrã dos produtos da roça velha: batata, cará e mandioca nova a partir de outubro

período dos grandes ciclos rituais: dança dos peixes, do milho, etc..

A principal atividade de subsistência, e que condiciona a localização das habitações e os deslocamentos sazonais, é a agricultura.

Existe uma série de exigências para a abertura de roças: em primeiro lugar evitam zonas infestadas por espíritos malignos (das árvores, das pedras e outros acidentes geográficos); evitam zonas conhecidas como áreas de doença (malária) e de pragas (saúva); não usam áreas com forte declive e atentam para a qualidade dos solos. O aspecto primordial , e que determina a ocupação extensiva do território é que a área aberta deve se situar em zona de floresta primária. Todos os anos cada segmento residencial abre uma clareira nova na floresta. Somente após ciclos longos de pelo menos 10 anos, retornam eventualmente a plantar numa capoeira. Essas exigências são as mesmas que determinam a escolha de um lugar para habitação, já que as roças - idealmente - situam-se nas proximidades imediatas das habitações. Na realidade, são as roças que determinam o lugar das aldeias.

Os trabalhos agrícolas são realizados segundo técnicas tradicionais, o uso de machados de ferro - introduzido entre os Waiãpi do Amapari desde 1920-30, -possibilitou a abertura de roças maiores. Queimar e limpar as roças são atividades coletivas nas quais um chefe de família é ajudado por outros membros do grupo num sistema de mutirão chamado "posirõ".

O tamanho médio das roças varia entre 1.000 m², para uma roça pequena, a 3.000 m² para uma roça grande. Cada roça está dividida em "lotes" que correspondem a cada família nuclear, ou melhor, a cada mulher casada, pois é ela quem planta e controla a distribuição dos produtos.

As roças são entretanto conhecidas pelo nome do chefe de família e nas aldeias pequenas são exploradas pela família do chefe do lugar. Assim na Capoeira, onde há 4 roças (duas novas e duas velhas, ainda produzindo mandioca) todas são controladas por Renato que organizou os trabalhos de derrubada e plantio, com seus irmãos, seus genros e filhos.

Os produtos são misturados, na clareira, sem ordem aparente. 8/10 do espaço é reservado a mandioca brava, cujos produtos (farinha, beiju, tapioca, tucupi, caxiri) estão a base da alimentação.

Os outros produtos cultivados são:

| | | |
|-------------------|---------------|--------------------|
| milho | feijão-kumaná | limão |
| macaxeira | abacaxi | laranja |
| banana | mamão | pupunha |
| cará | caju | biribá |
| batata doce | amendoim | algodão |
| cana de açúcar | abobora | tabaco |
| cacau | pimenta | urucu |
| cuias e cabaças | fibra curuá | flechal |
| veneno para pesca | algodão | plantas medicinais |

Cada planta tem diversas variedades especialmente a banana (11) e o milho (5) além, é claro, da mandioca da qual os Waiãpi têm 29 variedades.

Os Waiãpi associam as atividades de caça e pesca e também de coleta pois exercem todas essas atividades numa mesma expedição à mata. Somente no caso das pescarias com timbó, que necessitam de preparativos técnicos e rituais especiais, limitam-se a essa única atividade.

O peso dado a uma ou outra atividade depende da estação e das características das zonas frequentadas. Deslocam-se rumo a um determinado ponto do território com o objetivo de caçar, ou de pescar, mas no caminho aproveitam todas as possibilidades que a zona oferece.

Existem de fato zonas escassas em mamíferos terrestres ou em peixe e produtos de coleta. A região cortada pela Perimetral BR-210 e, de modo geral, toda a bacia do Amapari (baixo Felício, Myrissury) é reconhecida - tanto pelos Waiãpi como pelos regionais - como uma área nitidamente mais "pobre" que a área do Jari e de seus afluentes.

A área coberta pelos Waiãpi em suas atividades de caça/pesca/coleta é muito ampla (ver no mapa, anexo). Inclui os percursos de caça novos e individuais e o retorno regular às capoeiras e habitações antigas.

Os modos de caça são diversificados e dependem das estações. Normalmente os homens saem e voltam no mesmo dia, percorrendo percursos de 10 a 30 km em caçadas individuais ou em grupos de dois ou tres. Outra modalidade são as expedições familiares de alguns dias, praticadas sobretudo na estação seca e efetuadas a partir de acampamentos fixos situados a um ou dois dias de viagem da aglomeração principal.

Nas expedições "a longa distância", nas zonas de capoeira ("reservas faunísticas") permanecem várias semanas para "engordar" e controlar a área: visitam todos os pontos de árvores frutíferas, de antigas aldeias e plantações, as picadas frequentadas pelos antigos, etc..

A caça em tocaias é reservada à captura de pássaros destinados à produção de adornos, na época do açai.

As caças principais são o coatá, guariba, preguiça, anta, veado, cotia, paça, jacamin, mutum, nambu, porco do mato, caitetu, jacu, tucano, arara, etc...

Desde 1973 - data da instalação do PIA - praticamente todos os homens adultos conseguiram obter uma arma de fogo trocando artesanato ou trabalhando para a FUNAI, ou ainda como presente da "atração". A prodigalidade com a qual a FUNAI distribuiu, no início de sua atuação na área, as armas não foi mantida no fornecimento de munição. Mesmo assim os Waiãpi praticamente não utilizam mais o arco e as flechas para caçar (a não ser no caso de pássaros para adornos e as crianças que são ensinadas ao manuseio da arma tradicional). As principais queixas dos índios em relação à atuação da FUNAI se referem as poucas remessas de munição, que chegam sempre com muito atraso (ver item IV). Os Waiãpi permanecem durante longos períodos sem cartuchos, pólvora e chumbo; entretanto, salvo alguns casos, isso não restringiu a mobilidade dos grupos locais dentro do território.

Na pesca, utilizam hoje linhas de nylon e anzóis. Praticamente não usam armas tradicionais, a não ser nas lages do Inipuku e baixo Karapanaty. Muito mais frequentemente usam as armadilhas "massiwa" e o timbó. Os peixes mais frequentes são: trairão, traira pequena, cumaru, curimatá, piranha, pirapucu, aracu, poraquê.

Os produtos coletados são extremamente variados. De um lado são aqueles usados para fabricação de utensílios (madeiras, enviras, sementes, resinas, palha de palmeira e tinturas), do outro lado são complementos na dieta alimentar (açai, ingá, bacaba, mararanduba, sorba, biribá, goiaba, taperebá, caju, castanha, insetos, larvas, ovos e mel) e ainda as plantas medicinais.

A coleta da pupunha de laranjas e cacau merece atenção particular: são produtos que colhem nas capoeiras muito antigas (Karapanaty, Kumakary, Inipuku); a pupunha, valorizada ritualmente, tem papel importante no ciclo de troca e retribuição entre os grupos locais.

2.5 Atividades ligadas ao comércio:

Os Waiãpi aumentaram, nos últimos anos, suas fontes de renda através da comercialização de produtos diversos: artesanato, castanha, animais vivos e sobretudo o ouro que retiram do "garimpo dos Waiãpi" no Aimã. A venda desses produtos, essencial para os índios, que obtém assim recursos para a compra de munição e de outros bens que se tornaram necessários a sua vida diária, será tratada adiante (item IV).

- A castanha do Pará é coletada para consumo próprio e, incipientemente para a venda. Algumas famílias do Araçá tem se dedicado à uma coleta sistemática para venda e o potencial desse castanhal é muito grande.

- Episodicamente os índios vendem jabotis, frutas de palmeira, banana e caça, normalmente sobre encomenda de funcionários da ICOMI na Serra do Navio. Aves vivas (tucano, jacamin, arara) e mamacos são também vendidos quando encomendados.

- A venda de artesanato constitui, atualmente, a fonte principal de renda das famílias Waiãpi. Os produtos vendidos incluem algumas peças do elenco de artefatos produzidos: adornos de plumária, trançados de arumã, arcos, flechas - feitos pelos homens -, panelas de barro, redes e tipóias de algodão e colares feitos pelas mulheres. O potencial, nesse caso também é muito grande.

- A partir de 1982 os Waiãpi do grupo Inipuku/Mariry estão trabalhando no garimpo do Aimã e tem retirado, no total, um kilo de ouro distribuído entre os homens que - irregularmente - passam temporadas no garimpo. A expectativa é muito grande em torno do garimpo e esperam ter condições de melhorar a sua produção, com apoio da FUNAI que prometeu bateias, a "máquina" etc.. Já fizeram uma roça no garimpo afim de facilitar sua estadia no local. Os problemas surgidos na comercialização do ouro serão descritos a seguir.

- Finalmente, outra fonte de renda é o salário dos índios funcionários (dois residem no Aramirã e um no Ytu-açu) distribuídos em parte entre as famílias daqueles grupos locais através de prestações de serviços (ajudam o funcionário nas suas tarefas para o posto ou ainda trabalham para ele na roça).

IV. Relacionamento com o P.I.A., missionários e regionais

Os Waiãpi tem poucos contatos com a população regional. Trata-se dos eventuais encontros com invasores, sempre muito tensos e, no caminho de Serra do Navio, de visitas esporádicas aos colonos da Perimetral com os quais mantem boas relações. Quando vão até Serra, geralmente para tratamento médico, sempre acompanhados por um funcionário do posto, percorrem o hospital, o mercado e os refeitórios daquela cidade "artificial" sem ter oportunidade de estabelecer relações duráveis e autônomas de amizade. Alguns anos atrás, os Waiãpi eram "atração" na Serra olhados com curiosidade e, mesmo se tratados com gentileza, nunca acharam ali alguém com quem possam falar de seus problemas e de suas expectativas.

Alguns Waiãpi já estiveram em Macapá e Belém mas suas relações com os "carai-ko" (brasileiros) sempre foram intermediadas pela FUNAI. Antes da chegada da equipe de atração no Amapari, 11 homens Waiãpi haviam trabalhado para garimpeiros; em geral muito mal tratados e enganados, consideraram então os funcionários da FUNAI como "protetores" e, durante alguns anos, aceitaram todas as sugestões dos chefes de posto. O paternalismo de alguns desses funcionários criou uma relação de dependência da qual, somente agora, os Waiãpi tem condições de sair.

Não cabe aqui detalhar o quadro - infraestrutura, pessoal, serviços prestados, etc. - da assistência fornecida aos Waiãpi pelo PIA Amajari e pelos missionários. Esse quadro, aliás, caracteriza-se pela situação de abandono no qual foi relegado este posto, pouco depois da fase de "atração".

Alguns pontos serão destacados, que correspondem às reivindicações dos Waiãpi.

1. comercialização:

Os Waiãpi entregam sua produção (de artesanato, castanha , ouro -vide acima p. 38) ao encarregado do posto e , mais tarde, recebem o dinheiro ou as mercadorias encomendadas em troca. Como não tem conhecimento dos preços, os índios não se interessaram, durante muito tempo, ao controle da venda. Salvo raras exceções, nunca tiveram oportunidade de acompanhar a venda de seus produtos, feita em Serra do Navio (animais, artesanato, castanha) ou Macapá(ouro) ou ainda Belém (artesanato).

Este sistema de trocas assemelha-se , em alguns aspectos, ao antigo sistema de trocas intertribais que existia entre Waiãpi, Wayana e Aparai no rio Cuc: são transações individuais e estabelecem uma relação de amizade/reciprocidade entre as duas partes. A segunda parte é, no caso , sempre e para todos, o chefe de posto que torna-se "iepe" de todos os Waiãpi e dele são exigidas, cobradas, marcas de generosidade. Alguns funcionários , especialmente João Evangelista de Carvalho, se acomodaram muito bem com este sistema que combinava com a visão paternalista que tinha de seu trabalho de assistência. Enquanto as trocas se limitavam a poucas peças de artesanato e de produtos silvestres e que a retribuição era imediata, os Waiãpi mostraram-se satisfeitos com esse sistema . O pagamento virava "distribuição de presentes" (na realidade, mercadorias compradas com a verba de manutenção do PIA). Incentivou-se a produção de

artesanato de fantasia, mas que, segundo o funcionário "caraí-ko gosta". Na mesma época desenvolveu-se a paixão pelas coisas novas e hoje os Waiãpi gravam eles mesmos os cantos rituais nos seus gravadores. Com isso os índios passaram a exigir cada vez mais da FUNAI que é vista, por alguns, unicamente como um "iepé" ou um "mercado" que deve dar presentes.

Pouco a pouco, sobretudo quando começaram a garimpar no Aimã, perceberam que as retribuições eram desequilibradas e que, como dizem "ouro vale mais". Os dois chefes de posto que sucederam a João Carvalho, especialmente Iberê Sassi, atualmente no cargo, tentam modificar o sistema paternalista ao qual os índios estão acostumados e tem tido algum sucesso, especialmente no que toca a comercialização do ouro com a qual os índios estão satisfeitos. Na venda do artesanato, o chefe de posto encontra muitas dificuldades, devido à lentidão burocrática da ARTINDIA/FUNAI em Belém: entre a entrega dos produtos e o recebimento das mercadorias passam-se longos meses, os índios ficando desorientados e insatisfeitos. A venda de artesanato entretanto é essencial para os Waiãpi, que somente através dela obtém recursos para a compra de munição e de outros bens que se tornaram necessários a sua vida diária: sandálias, sabão, pilhas, pano, etc..

É necessária uma reformulação e um apoio maior - através de uma verba especial, por exemplo para comprar as mercadorias mais solicitadas pelos índios - à comercialização do artesanato que constitui a única fonte de renda das aldeias Taitetua, Araçá e Capoeira.

Evitar também os escândalos de preços: em julho a 2ª DR comprava um acaneta por 3.000,00 e a Artindia o revendia por 25.000,00.

2. Serviços de saúde:

A responsabilidade dos serviços de saúde prestados às comunidades locais Waiãpi são partilhadas por várias agências: a FUNAI - através de uma enfermeira residente na área e da EVS que visita a sede do PIA uma vez por ano; os missionários do SIL e da NOVAS TRIBOS, quando estão na área indígena, atendem as aldeias onde residem; o hospital da ICOMI na Serra do Navio onde são feitos os testes de malária e onde os doentes são eventualmente internados; a Secretaria de Saúde do TFA que fornece vacinas; a SUCAM que trata do saneamento básico e dos remédios antimaláricos.

A carga maior pesa sobre o chefe do PIA e sobre a enfermeira: os missionários saem frequentemente da área, a FUNAI atrasa nas remessas de medicamentos, vacinas, etc.. Sobretudo há uma enorme proporção entre o pessoal e a infraestrutura disponível e o número de aldeias a atender.

Por estas razões, a situação de saúde da área continua insatisfatória. Um programa de erradicação da malária foi iniciado, a partir do Aramirã, em 1983. O número de casos diminuiu consideravelmente mas não totalmente e Os Waiãpi continuam morrendo de malária.

As necessidades neste ponto são numerosas. Prioritariamente devem ser deslocados para o PIA Amapari um ou dois atendentes de enfermagem que permaneçam nas aldeias. Para combater as duas doenças que mais atingem a comunidade indígena: malária (nas suas três variantes: vivax, falciparum e malariae) e leishmânia, é imprescindível realizar o teste antes de administrar a medicação e para isso é necessário um microscópio. Tanto a enfermeira do PIA como as esposas dos missionários estão capacitadas para levar adiante um programa de erradicação da malária (curso de reciclagem em Macapá, no final do ano passado) mas para isso o Posto deve ter um mínimo de infraestrutura que não existe. Por outro lado, no caso de outras doenças mais graves - há casos de

hepatite, epilepsia e distúrbios da vista, sem mencionar uma série de outras moléstias - requerem a presença de um médico em visitas nas frequentes nas aldeias.

3. Educação escolar:

Para a grande satisfação dos Waiãpi do grupo Inipuku/Mariry, chegou em julho a professora da FUNAI que vai ensiná-los a ler, contar e escrever. Concretizou-se uma promessa feita há muito tempo.

Em outras duas aldeias, Ytu-Açu e Taitetua, os Waiãpi tem oportunidade de serem alfabetizados pelos missionários do SIL e da NOVAS TRIBOS que, conforme os convenios assinados com a FUNAI, se responsabilizam por um programa de alfabetização na língua indígena. Tres aldeias, Araçá, Aramirã e Capoeira/Pupuindy não tem programa de educação escolar.

Como as experiências neste campo iniciaram há poucos meses, é impossível fazer uma avaliação dos resultados.

A expectativa dos Waiãpi em relação à alfabetização é muito grande: contam com isso adquirir conhecimentos que lhes permitam maior independência e controle na comercialização de seus produtos. Aceitam a alfabetização em waiãpi pelo fato que as crianças não falam outra língua, mas estão muito mais interessados em dominar a língua portuguesa, indispensável nas suas transações com a FUNAI e com a população regional.

4. Atuação missionária.

A presença dos missionários protestantes do SIL /NOVAS TRIBOS foi bem recebida pelos Waiãpi. Os missionários passam longas temporadas nas aldeias, falam a língua indígena e já salvaram muitos índios da malária.

Ao que tudo indica este era o objetivo dos convenios ; alegando falta de verbas a FUNAI transferiu a responsabilidade da assistência para missionários .

Nó entanto, o convenio não menciona o objetivo principal destas organizações religiosas: aprendem a língua indígena, nem tanto para alfabetizar os índios mas para traduzir os textos bíblicos e então iniciar, graças ao domínio profundo das tradições e das práticas do grupo, a trabalho de evangelização.

Este trabalho leva, é verdade, longos anos. No entanto trata-se de um objetivo totalmente contrário ao respeito dos povos indígenas e que no seu dia a dia demonstrou ser extremamente alienado .

Receando serem "expulsos" da área - e assim interromper a tarefa da "salvação" evangélica - os missionários nunca se posicionam nem tratam de assuntos que poderiam comprometer sua estabilidade. Os ensinamentos que divulgam na área, além de serem tingidos de fortes doses de etnocentrismo , são muito mais marcados pelo espírito proselitista que pela realidade e pelas necessidades do grupo indígena.

Sugerimos portanto q ue, na medida do possível, sejam substituídos por profissionais nas áreas de saúde e educação, interessados em desenvolver programas que respeitem o modo de vida e as necessidades dos Waiãpi.

Concluindo, essas observações mostram a necessidade de um programa consistente de assistência aos Waiãpi , programa este que nunca existiu na área do PIA Amapari. O plano deve incluir infraestrutura, pessoal e serviços que atendam de maneira contínua todos os grupos locais Waiãpi, e seja elaborado a partir de um levantamento das necessidades reais e atuais das comunidades do Amapari.

V. Invasões na área indígena

1. O acesso pela Rodovia BR-210:

A área habitada pelos Waiãpi é cortada - de ponta a ponta - pelo traçado da Rodovia Perimetral Norte que entra - no seu último trecho construído - por aproximadamente 30 km nas terras dos índios.

Desde a época da construção da estrada - iniciada em 1973 - agravaram-se os problemas de saúde nas aldeias, abertas a contatos indiscriminados, primeiro com os trabalhadores da Rodovia e depois com os invasores que chegam à área pela estrada. De fato, são relativamente próximos os centros urbanos (Serra do Navio a 90 km e Macapá a 370 km), os núcleos de colonização ao longo da Perimetral e as áreas de garimpo nos rios Amapari e Riozinho.

2. Uma área de mineração.

A pesquisa mineral (DNPM, ICOMI) iniciou na área indígena antes da construção da Perimetral Norte e da chegada da frente de atração da FUNAI em 1973. De fato, os primeiros contatos estabelecidos com os Waiãpi - tanto no Jari como no Amapari - foram feitos por turmas de pesquisa mineral e por garimpeiros.

Desde então a garimpagem está aumentando e continuará como atividade em desenvolvimento como pode se prever com a divulgação recente da existência de importantes jazidas, denominadas "Nova Carajás" situadas no inteeflúvio Paru-Jari. Nessa região, que engloba as terras dos Waiãpi, estão sendo atualmente desenvolvidas pesquisas patrocinadas pelo GEBAM, DNPM, RADAM e por empresas de mineração como a PARANAPANEMA e CVRD.

3. Cronologia das invasões:

Um histórico das invasões no território Waiãpi, elaborado a partir dos documentos que foi possível consultar, consta do capítulo "Waiãpi" do vol.3 da série POVOS INDÍGENAS NO BRASIL e foi reproduzido no documento PROPOSTA DE DEMARCAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA WAIÃPI, encaminhado à FUNAI em janeiro.

Em muitos casos, as invasões na área Waiãpi não foram devidamente registradas em relatórios dos funcionários do PIA mas podem ser comprovadas com os depoimentos dos índios. Por outro lado não há informação suficiente sobre a identificação dos invasores, uma tarefa mínima de fiscalização que foi também desprezada. Em todos os casos este histórico é suficiente para evidenciar o aumento das invasões.

É importante ressaltar também, nessa história das invasões, que em nenhum caso a intervenção da FUNAI ou da Polícia Federal conseguiu desativar definitivamente os garimpos. Quanto à reação dos índios observou-se durante um tempo a antiga tendência de abandonar a área invadida, como vem fazendo desde o início do século. A reação da FUNAI inclusive era favorável ao abandono, uma vez que favorecia a concentração dos índios perto da sede do posto.

A partir de 1982 a reação dos índios modificou-se não somente impedindo a entrada dos invasores pela estrada como capturando os invasores que encontram no centro da área e finalmente assumindo eles mesmos a garimpagem de ouro. Nessa atuação foram apoiados pelo atual chefe de posto que desta forma, pôs um fim à atitude paternalista e omissa, que caracterizou a atuação dos funcionários anteriores.

4. Invasores atuais:

O território Waiãpi está invadido em tres pontos, todos situados na

zona de limites da área: ao sul, o rio Karapanaty, ao norte o rio Inipuku e a leste o rio Kumakary/Água Preta. O centro da área - especialmente o rio Aimã e as cabeceiras do Felício - que já foi invadido, está atualmente sob total controle dos índios.

- O rio Kumakary ou Água Preta foi invadido no final de 1983 por garimpeiros que prometiam se retirar da área em janeiro de 1984; é o que fizeram, aparentemente. No tempo que estiveram na área destruíram as plantações de pupunha dos índios e acabaram com a caça... Estão trabalhando atualmente no ig. Visagem (outro afluente do Amapari) onde se encontram aproximadamente 1000 garimpeiros. Nesse contexto há urgência em demarcar e fiscalizar o território indígena ameaçado pela expansão dos garimpos do Amapari.

- O rio Karapanaty ou Aroã na parte sul do território Waiãpi é invadido intermitentemente desde 1970. Os garimpeiros entram pelo ig. Riozinho subindo o rio e de lá chegam ao ig. Karawowo onde se situa atualmente o garimpo. No sobrevôo realizado pela equipe FUNAI/INCRA em julho a invasão foi confirmada e os garimpeiros devem ser retirados com urgência.

- As cabeceiras do rio Inipuku e especialmente seu formador Etonewaka está invadido desde 1979 aproximadamente por um garimpo de tantalita da Mineração Monte Negro Ltda. filiada a mineração Tumucumaque, de propriedade de João Batista de Oliveira Costa.

A mineração, aparentemente é ilegal pois não consta das listas do DNPM (PROSIG, sistema código de mineração / 01.11.83). Os dados essenciais sobre este invasor estão indicados no trecho reproduzido a seguir. Outras informações constam do relatório da equipe FUNAI/INCRA que esteve na área em julho.

1979: a Mineração Monte Negro Ltda., se instala no alto Inipuku, com 120 trabalhadores. Nesse ano calcula-se que foram retiradas do garimpo 50 toneladas de minério (tantalita) e mais 10 estavam estocadas. Trabalhavam com um voo diário para tirar o minério da área. o investimento, até essa data, havia sido de 10 milhões de cruzeiros. A Mineração pertence ao Sr. João Batista de Oliveira Costa. Em novembro, foi realizada uma incursão da Polícia Federal com a presença de um Delegado da Polícia Civil e o advogado da 2ª DR, para desativar o garimpo e embargar o campo de pouso. A FUNAI deu entrada a uma ação de reintegração de posse em 29.4.1980 (Processo cível, TFA, nº 16.860). Em 7.12.1979, João Batista de Oliveira Costa entrou com "recurso de agravo de instrumento para o Tribunal Federal de Recursos, objetivando a anulação da ação de reintegração de posse por incabível, contra o agravante, uma vez que se julgava fora da área indígena" (Processo Cível nº 10.476). Os juizes encarregados do processo solicitaram em ofício à FUNAI o mapeamento da área indígena em litígio. A FUNAI respondeu que a área não estava ainda demarcada e que não se incluía nos limites do decreto de interdição (nº 74.172 de 10.6.1974). Foram chamados os sertanistas responsáveis pelo PIA, que afirmaram que a área litigiosa não era *habitat* dos índios (fol. 57/58 do processo). Em consequência disso, o Juiz arquivou o processo em 14.4.1982, até que seja definida a área indígena; a Mineração continua suas atividades;

Arquivado por "falta de definição da área indígena", este processo deve ser reaberto com urgência uma vez que a área indígena está definida e que o rio Inipuku faz parte integrante - de suas cabeceiras até a foz - do território indígena.

5. Confrontantes e solicitações de certidão negativa:

A principal mineração que, atualmente, é vizinha dos Waiãpi - ICOMI - não está expandindo suas atividades e não estaria interessada em explorar manganês ou outras substâncias minerais nas proximidades da área indígena. É o que pudemos confirmar em entrevistas com funcionários da ICOMI e consultando as listas de requerimento preparadas pelo DNPM.

Na sede da 2ª DR/Belém pude consultar os processos (pedidos de certidão negativa) relativos à área Waiãpi. Dos 19 processos consultados, a maioria para atividades de mineração, 8 requerem áreas situadas dentro do território indígena, relacionadas a seguir:

- INCRA em 01.08.83 solicita informações sobre a Gleba Agua Fria ; no seu limite oeste que segue o meridiano 52º30'00" ; esta gleba se sobrepoõe a área indígena, por sua vez delimitada pelo ig.Nary, afluente do Riozinho e por uma linha seca que atinge as cabeceiras do ig.Myryrsiry (próxima as aldeias do Ig.Onça)
- MINERAÇÃO MAPUERA (subsidiária CVRD) processo FUNAI 2.138 requer área de 10.000 ha na região das cabeceiras do Felício e médio Aimã (habitada pelo grupo local Inipuku/Mariry)
- INTERMINERAÇÕES Ltda.processo FUNAI 2.473 ,requer área de 50.000 ha incluindo as cabeceiras do rio Aimã e do ig.Kumakary (perto da aldeia do Pairary na área do grupo Inipuku/Mariry)
- JOAQUIM DE VILHENA NETO processo FUNAI 2.979 requer área de 5.000 ha no baixo rio Felício e ig.Myryrsiry (onde se situam as aldeias Aramirã e Tataira)
- WALTER PEREIRA DO CARMO processo FUNAI 2.978 requer 5.000 ha na região do baixo Kumakary,incluindo o ig.Jacaré (perto da aldeia Mariry e Araçá, na área habitada pelos grupos locais do Inipuku/Mariry e Aracá)
- NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES processo FUNAI 2.984 requer 10.000 ha na região do alto Kumakary (área do grupo Inipuku/Mariry)

- ODILON BARCIK processo FUNAI 2.982

requer uma área de 10.000 ha no curso médio do ig.Kumakary (área do grupo Inipuku/Mariry e próxima da área habitada pelo grupo Arami-rã)

- SERGIO CERQUEIRA BARCELOS processo FUNAI 2.980

requer uma área de 10.000 ha situada entre o ig.Karapiuty (onde existem habitações do grupo Inipuku/Mariry) e o ig.Jacaré , incluindo todo o curso médio do Felício (área dos grupos do Inipuku/Mariry e Araçá).

Além destes requerimentos, outras publicações especializadas informam sobre o avanço de grandes empresas na exploração mineral da região: a CMP e a PARANAPANEMA tem programas de lavra experimental de ouro em fase de montagem no Amapá (Brasil Mineral I, dez-jan 84) O projeto RADAM e a CPRM realizaram pesquisas sob a jurisdição administrativa do GEBAM, nos rios Maracá e Iratapuru, limites cujas cabeceiras atingem o limite sul da área Waiãpi (JB 22.08.83).

Frente a persistência das invasões na área indígena e às pressões que empresas de mineração virão, em breve exercer sobre as terras habitadas pelos Waiãpi - considerando especialmente o desastre ecológico que vai ocorrer na periferia desta área indígena - torna-se imprescindível a demarcação imediata da reserva.

VI. Área pleiteada pelos Waiãpi

1. Elaboração da proposta:

O mapa anexo contém uma descrição da ocupação indígena na área e os limites pleiteados pelos Waiãpi.

Para definição destes limites, os Waiãpi foram consultados, discutindo-se todos os detalhes da delimitação com os membros de cada uma das comunidades locais Waiãpi. Uma primeira consulta, realizada em março de 1983 e confirmada em novembro do mesmo ano resultou na proposta encaminhada à FUNAI em janeiro de 1984.

Em junho/julho de 1984 a equipe FUNAI/INCRA visitou todas as aglomerações Waiãpi, realizando reuniões afim de verificar os limites da proposta e levantar a situação na área, conforme indicado neste relatório.

Nessas reuniões os índios não somente se mostraram muito interessados, mas justificaram e defenderam com força - a través de discursos dos líderes e de intervenções dos rapazes - a necessidade de uma demarcação urgente de suas terras. Na realidade os Waiãpi ficaram decepcionados pois achavam que desta vez a equipe da FUNAI vinha para efetivamente "demarcar" e retirar os invasores. Entenderam que se trata de mais uma promessa. O certo é que a expectativa aumentou e os Waiãpi estão decididos em pressionar - como podem, isto é a nível local - a FUNAI para que a promessa seja cumprida.

A área pleiteada pelos Waiãpi constitui a área mínima para a implantação de uma reserva, pois inclui apenas as zonas de ocupação atual do grupo indígena. Não foi incluída a região do rio Cuc (ver item VI.3) historicamente ocupada pelos Waiãpi mas desativada nos últimos anos.

Por outro lado os Waiãpi fizeram questão de afirmar que seu território constitui uma área integrada constituída pela bacia do rio Inipuku - o

rio de maior importância (a nível da identidade tribal e a nível económico) para os Waiãpi, incluindo suas nascentes até a confluência no rio Jari. É fundamental a preservação das cabeceiras deste rio, situadas numa zona de antiga ocupação - repleta de capoeiras - (ver mapa histórico anexo) . Por outro lado é a zona trilhada pelos habitantes de Mariry quando saem em expedições de caça e pesca. Finalmente todos lembram o período 1980-81 , quando a mineração Monte Negro Ltda. provocou mortes na aldeia Inipuku, lavando minério com produtos tóxicos.

A área proposta é quase toda delimitada por limites naturais. Esses limites correspondem às zonas de ocupação tradicional onde os Waiãpi efetuam regularmente estadas prolongadas e onde mantem plantações de grande importância para sua subsistência.

Os outros critérios levados em consideração para elaborar esta proposta - conforme detalhamos no presente relatório - são tres aspectos fundamentais para o futuro do povo Waiãpi:

- a crescente invasão de garimpos,
- as características da organização sócio-política
- um forte crescimento demográfico.

2. Histórico das propostas de demarcação anteriores

As sucessivas propostas de demarcação de uma preserva Waiãpi, que se acumularam nos processos da FUNAI encontram-se resumidas no capítulo "Waiãpi" do vol.3 Povos Indígenas no Brasil e reproduzido no documento de janeiro 1984.

3. Mudanças em relação à delimitação de 1980

Houve uma redução de praticamente 50% da área a ser demarcada em relação à delimitação proposta pelo GT/FUNAI (portaria 677/E) em 1980. Esta redução deve-se à mudanças ocorridas na ocupação do território indígena .

Naquela proposta estava incluída a área do alto Jari (da aldeia Moloko-pota até o rio Cuc) onde vivia a comunidade liderada pelo Capitão Sarapó. Este grupo pretendia instalar-se no rio Cuc e os Waiãpi do Amapari estavam interessados em manter aquela área tradicional, onde vários nasceram e conhecida por todos os índios do Amapari. Em 1981 Sarapó, líder de Moloko-pota, foi transferido para a sede do Amapari. Essa transferência e a morte de Sarapó provocou a dissolução dramática do grupo local do alto Jari e sua área está atualmente desativada.

4. Mudanças em relação à proposta de janeiro de 1984

Em relação à área delimitada no documento Proposta de demarcação da Reserva indígena Waiãpi, encaminhada em janeiro de 1984, houve modificação do limite sul: os Waiãpi querem toda a extensão do ig. Mucuru - uma zona de pesca - desde suas cabeceiras até a boca, no Jari.

É a única modificação constatada pela equipe FUNAI/INCRA nas consultas realizadas entre os Waiãpi em julho deste ano. Esta modificação permite uma proteção melhor para as habitações no rio Karapanaty, sem aumentar demasiadamente a área a ser controlada. O limite sul volta assim aquele proposto pelo GT em 1980.

São Paulo, 10 de agosto de 1984

Dominique T. Gallois